

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO
CURSO DE JORNALISMO

Carolina Maingué Pires

Barras de aço ou paredes invisíveis:
das internações forçadas aos novos tratamentos para a “loucura”

Florianópolis
2020

Carolina Maingué Pires

Barras de aço ou paredes invisíveis:
das internações forçadas aos novos tratamentos para a “loucura”

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em
Jornalismo do Centro de Comunicação e Expressão da
Universidade Federal de Santa Catarina como requisito
para a obtenção do título de Bacharel em Jornalismo
Orientadora: Prof. Maria Terezinha da Silva, Dra.

Florianópolis

2020

Maingué, Carolina

Barras de aço ou paredes invisíveis: : das internações forçadas aos novos tratamentos para a "loucura" / Carolina Maingué ; orientador, Maria Terezinha da Silva, 2020.
25 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. Grande reportagem. 3. Internações forçadas. 4. Reforma antimanicomial. 5. Dependência química. I. Silva, Maria Terezinha da. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Jornalismo. III. Título.

Carolina Maingué Pires

Barras de aço ou paredes invisíveis:

das internações forçadas aos novos tratamentos para a “loucura”

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Jornalismo” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Jornalismo

Florianópolis, 11 de Dezembro de 2020.

Prof. Daisi Irmgard Vogel, Dra.
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Maria Terezinha da Silva, Dra.
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Jéssica Gustafson Costa, Me.
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Mauro César Silveira, Dr.
Avaliador
Professor aposentado pela Universidade Federal de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado à minha família, especialmente aos familiares que já passaram por sofrimento psíquico intenso e viram seus entes mais amados sofrerem.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a todas as pessoas que contribuíram como fontes para esse trabalho, em especial àquelas que, entre tantos traumas e inseguranças, resolveram me dar uma chance e confiar na minha escuta. Eu quero agradecê-las e, acima de tudo, desculpar-me com elas por não ter transformado cada uma dessas histórias em um livro, pois é o que mereciam ser. Todas as experiências com as quais eu tive contato são significativas e valiosas para o mundo - e eu espero que o mundo perceba isso a tempo.

Quero agradecer ao jornalismo por me dar o privilégio da informação. E principalmente, agradecer a todas as pessoas responsáveis por eu estar me tornando jornalista. Gente que me levantou do fundo do fundo antes mesmo de eu ser uma estudante de graduação, Guiga e Anselmo. Gente que confiou em mim sempre e me elogiou muito mais do que eu merecia, pai e mãe. Gente que é todos os dias ensolarados da minha vida, Bruna. Quero agradecer aos amigos que compartilham comigo a dança, arte sem a qual eu não vivo, e às amigas e amigos que sempre estiveram lá para mim, Lu, Márcia, Lica, Kaio, Gui C, Isa L.

Eu não poderia deixar de mencionar todo o aprendizado que tive durante as reuniões do Maruim, do CALJ, do Coletivo Jornalismo sem Machismo e do DCE, onde arrisco dizer que encontrei algumas das pessoas mais conscientes e sensíveis que já conheci.

Obrigada àqueles que me inspiraram de tantas formas ao longo da graduação e me salvaram mesmo sem saber: Bea, Mano, Clari, Fe, Lacs, Gabe, Linda, Samuca, Ana, Maria e minha orientadora Terezinha;

Por fim, agradeço à universidade pública, sem a qual nenhum sofrimento, aprendizado ou felicidade até aqui teria sido possível.

“Ninguém deixava de pensar com temor na Tramontana, um vento de terra inclemente e tenaz que, segundo pensam os nativos e alguns escritores atormentados, leva consigo os germes da loucura”.

(MÁRQUEZ, Gabriel García. Tramontana: Doze Contos Peregrinos, 1992 - Tradução livre)

RESUMO

O presente relatório visa documentar o processo de criação da reportagem “Barras de aço ou paredes invisíveis: das internações forçadas aos novos tratamentos para a ‘loucura””, que serviu como trabalho de conclusão de curso em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina. O produto editorial aborda a realidade das internações compulsórias e involuntárias no estado de Santa Catarina, assim como medidas que alteraram, sobretudo em 2019, o entendimento do Governo Federal quanto às ações de saúde mental e o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Também menciona o alto consumo de psicofármacos no país e o conceito de Psiquiatria Ampliada. A reportagem conta com relatos pessoais, opiniões de especialistas, estudos e outras fontes documentais.

Palavras-chave: Jornalismo, Grande reportagem, Reforma antimanicomial, Dependência química, Internações forçadas.

ABSTRACT

The current work is a description of the process that led to the elaboration of the report “Steel bars or invisible walls: from forced hospitalizations to the new treatments for ‘madness’”, which was made as a final project for the undergraduate course of Journalism at the Universidade Federal de Santa Catarina. The editorial product approaches the reality of compulsory and involuntary psychiatric hospitalizations in the state of Santa Catarina, as well as the actions of the Federal Government which changed, mostly in 2019, the public policies for mental health and the National System of Public Policies for Drugs. The work also discusses the high level of consumption of psychopharmacological drugs in Brazil and the concept of what could be called “Expanded Psychiatry”. The report presents personal individual reports, the opinion of specialists, researches and other document sources.

Keywords: Journalism, Journalism Report, Anti-mental institution movement, Drug abuse, Forced hospitalizations.

SUMÁRIO

1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	12
2	JUSTIFICATIVA	13
3	DESENVOLVIMENTO	15
3.1	<i>Apuração</i>	15
3.2	<i>Escrita</i>	19
3.3	<i>Produto Final</i>	19
4	RECURSOS GASTOS E CRONOGRAMA	20
4.1	<i>Recursos Gastos</i>	20
4.2	<i>Cronograma</i>	20
5	CONCLUSÕES	21
	REFERÊNCIAS	21
	ANEXOS	23
	Anexo 1	24
	Anexo 2	25

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

2019 foi um ano significativo para as políticas públicas relacionadas à saúde mental no Brasil. Em fevereiro daquele ano, o coordenador nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, Quirino Cordeiro Júnior, que atualmente é Secretário de Cuidados e Prevenção às Drogas do presidente Jair Bolsonaro, assinou a nota técnica Nº 11/2019, que buscava esclarecer algumas medidas adotadas pelo governo. Entre outros pontos, o documento argumentava em favor da permanência dos hospitais psiquiátricos, entendidos então como tão importantes quanto os serviços de base comunitária vinculados à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). A nota foi recebida de maneira polêmica por entidades como o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, o Conselho Regional de Enfermagem da Bahia e o movimento antimanicomial no como um todo.

Há quase duas décadas, o entendimento do Governo Federal era de que os serviços extra hospitalares de atendimento à saúde mental deveriam ser centrais nas estratégias de cuidado por parte do Estado. Com o projeto de Lei Nº 10.216, de 2001, que abriu portas para a reforma antimanicomial no país, alguns estados brasileiros aprovaram as primeiras leis que determinavam a substituição dos leitos psiquiátricos por uma rede integrada de atenção à saúde mental (Ministério da Saúde, 2005). Mas a nota técnica de fevereiro de 2019 deu margem para que esse paradigma fosse modificado. Por meio do documento, o Ministério da Saúde, na época chefiado por Luiz Henrique Mandetta, explicitou que não consideraria mais “serviços como sendo substitutos de outros, não fomentando mais fechamento de unidades de qualquer natureza”.

Em junho daquele ano, a Lei nº 13.840/2019, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), também estabeleceu regramento próprio para a internação de dependentes químicos. A legislação passou a prever que o Estado pode se responsabilizar pela internação involuntária de usuários de substâncias. Antes, a autorização deveria partir de um familiar ou responsável legal, tendo como base a Lei Nº 10.216/2001. Com as novas disposições, a autorização foi expandida para “servidores públicos da área de saúde, da assistência social ou dos órgãos públicos integrantes do Sisnad”. Ainda sobre o tratamento para dependência química, a nota Nº 11/2019 determinou que a abordagem utilizada deveria ser aquela que tem como foco a abstinência, o que também foi alvo de críticas por muitos profissionais.

Por outro lado, a nova Lei de Drogas deixou de mencionar as internações compulsórias como um recurso válido para tratamento de pacientes com abuso de drogas

(Caetano e Caixeta, 2020). A modalidade ocorre quando a Justiça ordena a internação de certos indivíduos, ainda que não seja sua vontade, e pode ser aplicada a pacientes psiquiátricos. Na mesma direção, o Governo Federal publicou a Resolução Nº 8/2019, que estabelecerá uma série de orientações para a garantia de direitos aos portadores de transtornos mentais e usuários problemáticos de álcool e outras drogas. Todo esse conjunto de alterações culminou em discussões sobre os rumos da reforma antimanicomial no país, seus avanços e retrocessos.

2. JUSTIFICATIVA

A reportagem “Barras de aço ou paredes invisíveis: das internações forçadas aos novos tratamentos para a ‘loucura’”, realizada como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), utiliza-se desse cenário movimentado no campo da saúde mental como gancho para contextualizar alguns casos específicos de pacientes que foram internados involuntária e compulsoriamente em Santa Catarina e no sul do país. Em todos os relatos, constatou-se a presença de valores morais e questões socioeconômicas mescladas às problemáticas de saúde que teriam justificado a internação dos pacientes. Enquanto uma das pessoas citada era bissexual, um dos indivíduos era negro, pobre e usuário de droga, e um caso mais antigo envolvia uma mulher negra cujo estopim para a internação foi uma discussão com o namorado.

Nesse sentido, são muitas as referências que discorrem sobre como a psiquiatria foi, ao longo da história, influenciada por paradigmas sociais e pelas normas de conduta vigentes na sociedade (Foucault, 2017; Barros, Batista, Dellosi e Escuder, 2014; Federici, 2017). No livro História da Loucura na Idade Clássica, Foucault menciona a criação do Hospital Geral de Paris, em 1657, e a 'grande internação' dos pobres como um dos marcos para o que seria o confinamento em massa da população considerada indesejada (Foucault apud Freitas, 2004). Entre essas pessoas, estariam os “doentes mentais”, as prostitutas, os bêbados e outros indivíduos marginalizados. Não por coincidência, as mesmas “categorias” de sujeitos são mencionadas pela jornalista Daniela Arbex em seu Livro Holocausto Brasileiro, que conta quem eram os internos de um dos principais manicômios do país, o Colônia, em Barbacena (MG), fundado em 1903 e em funcionamento até os anos de 1980, quando ficou mundialmente conhecido pelas condições sub-humanas nas quais viviam os internados:

“homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava, gente que se tornara incômoda para alguém com mais poder. Eram meninas grávidas, violentadas por seus patrões, eram esposas confinadas para que o marido pudesse morar com a amante, eram filhas de fazendeiros as quais perderam a virgindade antes do casamento” (BRUM, 2013 apud ARBEX, 2013, p.11).

Os manicômios foram, durante mais de um século, apontados como as instituições capazes de absorver a demanda da sociedade para o cuidado com os portadores de transtornos mentais. Como explica a pesquisadora Sandra Caponi (2012), Philippe Pinel, considerado um dos pais da psiquiatria clássica, estabelece uma binariedade fundamental entre a loucura e a normalidade, de modo que os “loucos” estariam predestinados aos tratamentos no interior dos asilos psiquiátricos. Também Foucault aponta que “é entre os muros do internamento que Pinel e a psiquiatria do século XIX encontrarão os loucos” (Foucault, 2017, p.48).

A partir de meados da década de 1970, no entanto, começou-se a discutir os limites do tratamento centrado no hospital psiquiátrico e no isolamento social. O objetivo dos profissionais engajados com essa discussão era diminuir o sofrimento psíquico das pessoas e não priorizar sua retirada dos espaços comuns, como vinha sendo feito até então. Esse processo de transformação profunda na lógica de atendimento à saúde mental foi chamado de reforma psiquiátrica.

O presente trabalho faz um apanhado da reforma psiquiátrica brasileira, abordando desde a implantação dos Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS), em 1987, e da Rede de Apoio Psicossocial (RAPS), em 2011, até as mudanças no financiamento desses dispositivos. Eles integram a rede de serviços comunitários oferecidos como alternativa aos tratamentos hospitalares. Nesse contexto, há ainda um outro ponto que merece ser abordado: a crescente utilização de medicamentos psiquiátricos.

É verdade que o fechamento dos manicômios se deveu, principalmente, aos movimentos sociais e à luta antimanicomial, mas a inserção dos psicofármacos no mercado também foi um fator determinante para isso (Caponi, 2019). Com o passar dos anos, o discurso do “desequilíbrio químico”, que atribui a causa das patologias mentais a descompensações neuroquímicas, tornou-se hegemônico na sociedade. É esse mesmo discurso que indica, como solução para os desequilíbrios e alterações, a ingestão de drogas psiquiátricas.

No Brasil, os dados referentes à utilização de medicamentos chamam a atenção. Segundo o Ministério da Saúde (2019), entre 2012 e 2016 houve um crescimento de 61% no consumo total de antidepressivos no país. Os brasileiros também são os terceiros maiores consumidores mundiais de ansiolíticos benzodiazepínicos (Ibid). Os números expressam a

relevância e a urgência da temática, bem como sua relação com os tratamentos contemporâneos para a “loucura”. O uso de psicofármacos, as internações forçadas e as mudanças recentes na Lei de Drogas, que nesse caso se refere apenas às ilícitas, são o fio condutor para a presente reportagem. O objetivo é propor uma reflexão sobre os rumos da reforma psiquiátrica e dos cuidados com saúde mental no Brasil e, mais especificamente, em Santa Catarina.

3. DESENVOLVIMENTO

No produto editorial, esses questionamentos, que têm como plano de fundo as referências até aqui apresentadas, foram levantados por meio de casos pontuais. Desse modo, buscou-se estabelecer uma conexão entre o singular e o universal que, como aponta Genro Filho (1987), é fundamental para a produção de conhecimento a partir da prática jornalística.

3.1 Apuração

Inicialmente, o foco desta reportagem era a internação de mulheres, sobretudo em instituições psiquiátricas. Em 2018, eu havia tomado conhecimento de que uma estudante da Universidade Estadual de Santa Catarina passou por um processo de internação compulsória. Certas questões, como a sexualidade dessa pessoa, suas escolhas profissionais e seu modo de vida, estavam latentes no processo, segundo o que contavam seus colegas e professores de graduação na época. O caso ficou na minha cabeça por mais de um ano como algo que merecia atenção jornalística, de modo que, no segundo semestre de 2019, eu pedi sua permissão para mencioná-lo no meu TCC, cujo projeto estava sendo desenvolvido no momento.

Antes da pandemia da Covid-19, que chegou ao Brasil em março de 2020, eu planejava dar atenção a essa história por meio de uma reportagem investigativa. Depois de conversar com a jovem e um de seus companheiros de casa, havia algumas questões que pareciam precisar de elucidação. Como sua mãe, responsável pelo pedido de internação na Justiça, havia conseguido um laudo de um psiquiatra que a paciente diz nunca ter visto? Se o exame toxicológico apontava apenas para a presença de THC no sangue, por que o juiz não questionou a alegação de que a menina era usuária de crack e cocaína? Por que o processo não

foi apresentado para que a universitária pudesse respondê-lo antes da intervenção em sua casa e da condução forçada até a clínica que a recebeu?

Essas questões, que se apresentam na leitura da reportagem, eu pretendia investigar indo até a cidade natal da protagonista e conversando com os envolvidos. No entanto, deparei-me com alguns entraves: em primeiro lugar, o isolamento social e a impossibilidade de viajar; em segundo lugar, o fato de o processo judicial correr em segredo de justiça. Nenhuma das partes possuía autorização para me passar, de modo que cheguei a perguntar se amigos advogados poderiam utilizar seu login de acesso ao sistema do Tribunal de Justiça de Santa Catarina para consultar as movimentações completas. No entanto, a resposta foi a de que os processos em segredo de justiça são monitorados, e que a consulta poderia acarretar problemas para quem o fizesse; em terceiro lugar, tive dificuldade para conseguir o contato de outras fontes relevantes para o caso.

Eu pude conversar com três pessoas que fizeram parte da história: a jovem, que na matéria responde pelo nome fictício de Luísa; seu companheiro de casa na época, identificado como Guilherme; e um de seus professores, que pediu para não ter a identidade divulgada. Todos relataram temer ameaças por parte da família da estudante, que buscava se aproximar da menina pela internet e por meio das pessoas ao seu entorno. Luísa e Guilherme, entrevistados separadamente, contaram também que a mãe, em certa ocasião, havia “hackeado” as redes sociais da filha, passando-se por ela. Diante disso, preferiram “proteger” a advogada que defendeu a estudante no processo, à revelia das minhas tentativas de descobrir seu nome completo e uma forma de contatá-la.

Em meio a todas essas dificuldades, e após tomar conhecimento sobre as recentes mudanças da legislação sobre drogas, percebi que o caminho seria a construção de uma reportagem que abordasse de maneira mais ampla a discussão, muito atual, sobre as políticas públicas de saúde mental no Brasil, tendo Santa Catarina como foco. Antes da pandemia, eu também havia entrevistado pessoalmente duas especialistas: Ana Terra de Leon, mestre em história pela UFSC, com foco em psiquiatria da psiquiatria; e Sandra Caponi, professora permanente do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da mesma universidade e do Programa de Mestrado profissional em Saúde Mental.

Com a deflagração da quarentena e a readequação da pauta, a partir de 16 de março de 2020, dei prosseguimento às conversas, agora de maneira online, para obter mais opiniões sobre o tema. Foi quando entrevistei Daniela Schneider, professora titular do Departamento de Psicologia da UFSC; a psicóloga Vicky Martins, do CAPS Álcool e Drogas da Palhoça (SC); o psiquiatra Paulo Antunes da Silva, que trabalha no Instituto de Psiquiatria do estado

(IPQ); e a assistente social Bruna Córdova, funcionária do Instituto Arco Íris de Direitos Humanos em Florianópolis (SC).

Da mesma forma, busquei outros relatos de pessoas que haviam passado por internações involuntárias e compulsórias, tanto para tratamento de dependência química quanto de transtornos psiquiátricos. Eu pedi referências de histórias para amigos e conhecidos, além de divulgar a busca por relatos em minhas redes sociais. Não foi difícil receber a indicação de pessoas que tinham passado por essas internações. No entanto, grande parte dos indivíduos não estava disposta a conversar. Houve gente que, num primeiro momento, topou conceder entrevista, mas parou de responder diante das tentativas de agendar uma conversa. Vale lembrar que essas tentativas de agendamento ocorreram logo no início do isolamento social por conta do Coronavírus, que desestabilizou de diversas formas a vida das pessoas. Por isso, e pelo fato de surgirem mais sinalizações de homens internados por dependência química do que de mulheres, resolvi não limitar as entrevistas às fontes femininas, que antes consistiam no foco do trabalho.

Uma das pessoas fundamentais para essa reportagem foi o psicólogo Gabriel Amado, funcionário do Instituto Arco Íris de Direitos Humanos. O profissional contou sobre sua atuação com as populações vulneráveis atendidas pela organização, que utiliza a redução de danos como estratégia para o tratamento de dependência química. Sua perspectiva colocava em cheque a abordagem, defendida pelo Governo Federal, de que tratamentos eficientes para o abuso de drogas deveriam ter foco total na abstinência.

A primeira entrevista com Amado ocorreu pessoalmente, em setembro de 2020, na sede do Instituto Arco Íris. A conversa respeitou os protocolos de segurança para a Covid-19, que na época parecia estar mais controlada segundo os indicadores da Prefeitura de Florianópolis. Foi por meio dele que eu tomei conhecimento sobre o caso de Leonardo (nome fictício), jovem internado involuntariamente em 2017 por conta do uso abusivo de crack. Ele havia sido trazido do Maranhão para Florianópolis pelo Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita), programa em que Gabriel Amado trabalhava na época. Com autorização da mãe, ele foi levado para um centro de tratamento de Mauá da Serra (PR), onde permaneceu 9 meses. Hoje, encontra-se em situação de rua.

Leonardo mantém uma espécie de vínculo com o Instituto Arco Íris, de modo que foi possível contatá-lo para que pudesse relatar sua experiência. Ele aceitou falar, e a entrevista também ocorreu ao vivo, sendo realizada ao ar livre, na rua. Após essa conversa, voltei a procurá-lo, acompanhada pelo psicólogo, para checar como ele estava e elucidar alguns

pontos do seu caso. Contudo, não foi possível encontrá-lo. Por estar em situação de rua, os locais em que costuma ficar são variáveis e não coincidiram com o da primeira vez.

Recorri ao auxílio de Amado para esclarecer detalhes sobre o dia da internação, e ele mesmo contatou a assistente social do programa, que participou do processo na época. Também dessa vez, por questões de segurança, não consegui conversar com o resto da equipe envolvida, apesar das insistências. No fim, preferi omitir os detalhes que não pude confirmar por mim mesma com as outras fontes, como: quem eram as pessoas que estavam presentes na abordagem, se Leonardo havia recebido medicação nesse dia e se havia algum laudo médico além da avaliação da clínica que o recebeu.

Além desse caso e do caso de Luísa, a reportagem contou com o relato, por videochamada, de Maria Lúcia, senhora de 67 anos que foi internada ainda adolescente no município de Pelotas (RS); e o de Manuela (nome fictício), que foi diagnosticada com Transtorno de Humor Bipolar, mas não chegou a ser internada. O primeiro contato foi conseguido por meio de uma amiga, que conhecia a entrevistada, e o segundo foi através do chamado nas redes sociais.

Outras fontes utilizadas consistiram em pesquisas, relatórios e livros. Também realizou-se um pedido de acesso à informação para o Ministério Público de Santa Catarina, a respeito do número de internações involuntárias no estado; fez-se contato por e-mail e telefone com a Diretoria do Instituto de Psiquiatria (IPQ), a fim de obter dados sobre os pacientes internados; e contato telefônico com a clínica onde ocorreu a internação de Luísa, que disponibilizou uma funcionária responsável pela Gestão de Qualidade do local para responder aos questionamentos. Ao todo, foram 14 entrevistados, 1 pedido de acesso à informação, 5 livros e 12 documentos, entre relatórios de órgãos públicos e trabalhos acadêmicos. Somam-se, a isso, as normas, notas técnicas e editais citados na própria reportagem e as matérias jornalísticas que serviram para contextualização do tema.

Como não foi possível investigar de maneira individual os casos apresentados, tanto por questões de segurança e de saúde como pela impossibilidade de contatar outras fontes, optou-se também por não expor o nome dos estabelecimentos psiquiátricos que receberam os pacientes. No caso de Maria Lúcia, a senhora comentou que já não havia ninguém em vida que pudesse complementar a história. A gaúcha foi a única das protagonistas que não pediu para ocultar o nome verdadeiro, mas preferiu não ter o sobrenome divulgado.

Cabe destacar que os principais entrevistados possuem memórias muito traumáticas em relação às internações. Alguns relatos vieram acompanhados de lágrimas e reações comovidas, inclusive agressivas, dependendo de como a conversa era conduzida. Por isso,

nem sempre as fontes entendiam a pertinência de perguntas mais práticas ou pontuais, que diziam respeito às questões legais sobre os processos, por exemplo. De fato, é absolutamente compreensível que o importante, para elas, era expressar o modo como se sentiram e tiveram seus direitos violados.

3.2 Escrita

A escolha pelo formato se deveu a uma proximidade pessoal com a escrita, e também às limitações da pauta em termos imagéticos. Seria difícil executar um produto audiovisual, por exemplo, considerando que seria preciso preservar a identidade dos entrevistados.

No que diz respeito à forma de escrever, seguiu-se a perspectiva de que certos fatos, para serem traduzidas adequadamente por meio de palavras, demandam o emprego de técnicas literárias, mais “livres” e autorais, que permitem expressar as situações da realidade com a sensibilidade que elas próprias parecem carregar. Como afirma Italo Calvino, “escrevemos para dar ao mundo não escrito uma oportunidade de expressar-se através de nós” (CALVINO, 2006, p.147). Os relatos com os quais eu tive contato não caberiam em uma redação fria, impessoal.

Ainda assim, a complexidade da pauta e o fato de que grande parte da apuração ocorreu à distância dificultaram a inserção de elementos literários. A tradução dos acontecimentos em figuras de linguagem e outros recursos criativos deve-se muito às sensações, aos ambientes e aos detalhes da apuração ao vivo, o que não ocorreu em grande parte dessa reportagem. Além disso, os relatos já eram bastante densos e pesados por si só, de maneira que a escrita foi uma tentativa de equilibrar dados, histórias e impressões pessoais.

3.3 Produto Final

Como resultado, alcançou-se uma grande reportagem em torno de 63.050 caracteres, com ilustrações, figuras e 1 box. A fim de preservar a identidade das fontes, não foram utilizadas fotografias, de modo que se prosseguiu com a contratação da ilustradora. Os desenhos foram pensados em conjunto a partir da leitura de uma versão prévia do trabalho. A diagramação foi realizada com o intuito de facilitar a apreensão do texto e dar consistência à história, permitindo, também, que o trabalho seja apresentado para as fontes e outras pessoas interessadas.

Encomenda das ilustrações											
Revisão e alterações no texto											
Relatório											
Diagramação											
Apresentação à banca											

Cabe destacar que os meses de abril a maio não constam no cronograma porque, nesse período, a pandemia da Covid-19 no Brasil e as mudanças de rotina decorrentes do isolamento social foram muito intensas. Não foi possível alcançar a sanidade mental necessária para focar nas atividades deste trabalho.

5. CONCLUSÕES

Com a conclusão desta reportagem, espera-se contribuir para a discussão acerca das políticas públicas em saúde mental no Brasil e para a denúncia de atos violentos que, muitas vezes, são justificados e “encobertos” pelo discurso psiquiátrico. Espera-se colaborar, de alguma forma, para a garantia dos direitos daqueles que são considerados “loucos”. No decorrer dessa pesquisa, constatou-se que a anulação dessas pessoas enquanto sujeitos foi tanta que, em alguns casos, pacientes psiquiátricos esqueciam de como eram chamados antes de iniciarem seu tratamento nas instituições. Se o jornalismo, sozinho, não é capaz de lhes devolver seus nomes, que ao menos possa resgatar suas histórias.

REFERÊNCIAS

CAPONI, Sandra. **Loucos e Degenerados: uma genealogia da psiquiatria ampliada.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012

CAPONI, Sandra. **Uma Sala Tranquila: Neurolépticos para uma biopolítica da indiferença.** São Paulo: Libers Ars, 2019

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica.** São Paulo: Perspectiva, 2017.

SILVA, Ana Terra de Leon. **Os nomes da Loucura: discurso diagnóstico e tratamentos na emergência da psiquiatria em Santa Catarina.** Florianópolis, 2020. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216240>. Acesso em: novembro de 2020

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA E ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NEUROLOGIA. **Abuso e dependência de benzodiazepínicos.** 2013. Disponível em: https://diretrizes.amb.org.br/DIRETRIZES/abuso_e_dependencia_de_benzodiazepinicos/files/assets/common/downloads/publication.pdf. Acesso em: novembro de 2020.

BASTOS, Francisco Inácio Pinkusfeld Monteiro; VASCONCELLOS, Mauricio Teixeira Leite de; DE BONI, Raquel Brandini; REIS, Neilane Bertoni dos; COUTINHO, Carolina Fausto de Souza (orgs). **III Levantamento Nacional sobre Uso de Drogas pela População Brasileira.** Fundação Oswaldo Cruz, 2017. Disponível em <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/34614>. Acesso em: novembro 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Uso de Medicamentos e Medicalização da Vida: recomendações e estratégias.** Brasília, 2018. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/fevereiro/14/ERRATA-Livro-USO-DE-MEDICAMENTOS-E-MEDICALIZACAO-DA-VIDA.pdf>. Acesso em: novembro de 2020.

OLIVEIRA, Edineia Figueira dos Anjos. **Gastos da Política de Saúde Mental e os Rumos da Reforma Psiquiátrica.** Vitória, 2017. Disponível em <https://repositorio.ufes.br/handle/10/8776>. Acesso em: novembro de 2020

ROCHA, Bruno Simas da. WERLANG, Maria Cristina. **Psicofármacos na Estratégia Saúde da Família: perfil de utilização, acesso e estratégias para a promoção do uso racional.** In Ciênc. saúde coletiva, vol.18, no.11 Rio de Janeiro, 2013. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013001100019#:~:text=Foram%20inclu%C3%ADdos%20329%20usu%C3%A1rios%2C%20com.0%2C90\)%2C%20respectivamente.](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013001100019#:~:text=Foram%20inclu%C3%ADdos%20329%20usu%C3%A1rios%2C%20com.0%2C90)%2C%20respectivamente.) Acesso em: novembro de 2020;

SHIRAMA, FH. MIASSO, AI. **Consumo de psicofármacos por pacientes de clínicas médica e cirúrgica de um hospital geral.** Rev. Latino-Am. Enfermagem [Internet]. jul.-ago. 2013 Disponível em https://www.scielo.br/pdf/rlae/v21n4/pt_0104-1169-rlae-21-04-0948.pdf. Acesso em: novembro de 2020.

LIMA, Maria Cristina Pereira. MENEZES, Paulo Rossi. CARANDINA, Luana. CESAR, Chester Luiz Galvão. BARROS, Marilisa Berti de Azevedo; GOLDBAUM, Moisés. **Transtornos mentais comuns e uso de psicofármacos: impacto das condições socioeconômicas.** In Rev. Saúde Pública, vol.42, no.4. São Paulo, 2008. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102008000400019. Acesso em: novembro de 2020.

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a Bruxa** - Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide** - para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987. Disponível em <http://www.adelmo.com.br/bibt/t196.htm>. Acesso em: novembro de 2020.

ARBEX, Daniela. **O Holocausto Brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BATISTA, Luís Eduardo; BARROS, Sônia; DELLOSI, Mirsa Elizabeth; ESCUDER, Maria Mercedes L. **Censo psicossocial dos moradores em hospitais psiquiátricos do estado de São Paulo: um olhar sob a perspectiva racial**. Saúde Soc. São Paulo, v.23, n.4, p.1235-1247, 2014.

BORGES, Viviane. **Arquivos Marginais: Crime e Loucura em Santa Catarina (1930-1970)**. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História. Natal: ANPUH, 2013.

CALVINO, Italo. A palavra escrita e a não-escrita. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes; (Orgs). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Reforma Psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil** - Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. Brasília, 07 a 10 de novembro de 2005.

PASSOS, Gouveia Rachel. **Mulheres e Reforma Psiquiátrica: o lado esquecido da história**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011

CAETANO, Haroldo. CAIXETA, Mario Henrique Cardoso. **Internação forçada do usuário ou dependente de drogas: fundamentos jurídicos e limites à atuação jurisdicional**. Magister, 2020.

FREITAS, Fernando Ferreira Pinto de. A história da psiquiatria não contada por Foucault. In **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, vol.11, no.1. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702004000100005. Acesso em: novembro de 2020.

ANEXOS

ANEXO I – Ficha do TCC

FICHA DO TCC – Trabalho de Conclusão de Curso – JORNALISMO UFSC		
ANO	2020	
ALUNO (A)	Carolina Maingué Pires	
TÍTULO	Barras de aço ou paredes invisíveis: das internações forçadas aos novos tratamentos para a “loucura”	
ORIENTADORA	Maria Terezinha da Silva	
MÍDIA	<input checked="" type="checkbox"/> Impresso	
	<input type="checkbox"/> Rádio	
	<input type="checkbox"/> TV/Vídeo	
	<input type="checkbox"/> Foto	
	<input type="checkbox"/> Web site	
	<input type="checkbox"/> Multimídia	
CATEGORIA	<input type="checkbox"/> Pesquisa Científica	
	<input type="checkbox"/> Produto Comunicacional	
	<input type="checkbox"/> Produto Institucional (assessoria de imprensa)	
	<input type="checkbox"/> Produto Jornalístico (inteiro)	Local da apuração:
	<input checked="" type="checkbox"/> Reportagem para revista livro-reportagem ()	<input type="checkbox"/> Florianópolis <input type="checkbox"/> Brasil <input type="checkbox"/> Santa Catarina () Internacional <input type="checkbox"/> Região Sul País: _____
ÁREAS	Jornalismo, Grande reportagem, Reforma antimanicomial, Dependência química, Internações forçadas	
RESUMO	O presente relatório visa documentar o processo de criação da reportagem “Barras de aço ou paredes invisíveis: das internações forçadas aos novos tratamentos para a ‘loucura’”, que serviu como trabalho de conclusão de curso em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina. O produto editorial aborda a realidade das internações compulsórias e involuntárias no estado de Santa Catarina, assim como medidas que alteraram, sobretudo em 2019, o entendimento do Governo Federal quanto às ações de saúde mental e o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Também menciona o alto consumo de psicofármacos no país e o conceito de Psiquiatria Ampliada. A reportagem conta com relatos pessoais, opiniões de especialistas, estudos e outras fontes documentais.	

6. DECLARAÇÃO DE AUTORIA E ORIGINALIDADE

Eu, Carolina Maingué Pires, aluno(a) regularmente matriculado(a) no Curso de Jornalismo da UFSC (JOR/CCE/UFSC), matrícula 15102009, declaro para os devidos fins que o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **Barras de aço ou paredes invisíveis: das interações forçadas aos novos tratamentos para a “loucura”** é de MINHA AUTORIA e NÃO CONTÉM PLÁGIO.

Estou CIENTE de que em casos de trabalhos autorais em que houver suspeita de plágio será atribuída a nota 0,0 (zero) e que, adicionalmente, conforme orientação da Ouvidoria e da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), “em caso de suspeita ou verificação de plágio, o professor deverá notificar o Departamento no qual está lotado para as providências cabíveis”.

Autorizo a publicação do TCC no Repositório Digital da UFSC.

Florianópolis, 04 de Dezembro de 2020.



Documento assinado digitalmente
Carolina Maingue Pires
Data: 04/12/2020 15:55:19-0300
CPF: 096.756.379-86

Assinatura